

JORNAL DA TARDE

POLÍTICA

CONSTITUINTE

Fol de espanto a reação empresarial às declarações estatizantes do jurista Afonso Arinos, consideradas um desserviço ao País. Suas declarações foram atribuídas a uma reação às críticas dos empresários aos rumos da Comissão Constitucional.

ANC 88
Pasta Junho/86
072



Diniz

Os empresários criticam Arinos e estatização

A crítica do presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, ao empresariado brasileiro, e a defesa que fez do intervencionismo do Estado chegou a surpreender alguns representantes da classe empresarial. O presidente da Febraban — Federação Brasileira dos Bancos — Antônio de Pádua da Rocha Diniz, disse que preferia nem acreditar que Afonso Arinos tivesse feito esse tipo de crítica.

Arinos afirmou anteontem, no Rio de Janeiro, que "não há soluções para os graves problemas nacionais sem uma ação vigorosa, justiceira e intervencionista do Estado brasileiro". Mais ainda: ele classificou o empresariado brasileiro de "fraco" para orientar e influenciar decisivamente nas soluções de graves problemas nacionais, como os do trabalho, do salário, da habitação, da saúde, da concentração urbana e da terra.

Na opinião de Antônio de Pádua da Rocha Diniz, a declaração de Arinos não faz "jus nem à inteligência, nem à sua experiência de homem público. Ele sempre foi um liberal. Só posso atribuir os conceitos que ele está emitindo, a respeito da incapacidade da empresa brasileira, a um bloqueio ou a uma influência da esquerda no traba-

lho da comissão. E isto é grave, que um homem ilustre como ele, chegando aos 80 anos, se preste a trocar todo seu passado de democrata e liberal a esse desserviço ao País".

A comissão que Afonso Arinos preside, no entender de Antônio de Pádua da Rocha Diniz, deveria preocupar-se em criar parâmetros amplos para propor uma nova Constituição e não entrar em detalhes pequenos como vem ocorrendo. "Falo isso com uma certa decepção e armadura. Esperava que ela pudesse pregar parâmetros adequados ao grande debate constitucional. Eles estão numa discussão estéril e inadequada e se agarrando a problemas que serão resolvidos pela lei ordinária."

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, acredita que a intervenção estatal tem de ser analisada sob o prisma "do custo-benefício. Os problemas sociais existem e devemos atacá-los pelo lado mais eficiente. Se me provarem que em muitas áreas o Estado é mais eficiente no papel e não no palanque com palavras eu concordo em rever muitas das minhas posições. A verdade é que no Brasil, em termos de ação, o Estado tem muito mais posto de gasolina do que posto de saúde", comentou com ironia.

E é esse quadro, segundo Afif Domingos, que precisa ser discutido na próxima Constituinte. "Com todo o respeito que tenho por Afonso Arinos, essa comissão em absoluto não pode representar a média do pensamento brasileiro. Lamento profundamente a irresponsabilidade política no trato da próxima Constituinte", disse, acrescentando que "ela está relegada a um décimo-quinto plano em relação ao aspecto eleitoral".

Quem discorda também do presidente da Comissão Provisória de

Estudos Constitucionais é o presidente da Abinee — Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica —, Aldo Lorenzetti. Ele lembrou que o empresariado está numa batalha contra a estatização crescente. "A estatização não se verifica só no Estado empresário, mas no Estado intervencionista. O empresário tem toda a qualificação para participar. Pensamos exatamente o contrário do doutor Afonso Arinos", afirmou.



Temporal

Barreto

Por que o jurista disse o que disse?

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, considerou ontem as afirmações do jurista Afonso Arinos — de que o empresariado brasileiro é fraco para orientar e influenciar decisivamente nas soluções dos graves problemas nacionais — como resultado das críticas que os empresários têm feito aos trabalhos e propostas da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Para Temporal, essa defesa que Afonso Arinos — presidente da comissão — fez de "uma ação justiceira, vigorosa e intervencionista do Estado brasileiro, poderia ser uma resposta às críticas feitas pela classe empresarial à infeliz proposta da Comissão de Estudos Constitucionais de reduzir a jorna-

da de trabalho para 40 horas semanais. Afonso Arinos deve estar aborrecido com a classe empresarial e deu o troco", afirmou Amaury Temporal.

Assinalou que o Brasil precisa de trabalho para vencer seus problemas e não faz sentido reduzir a jornada de trabalho para 40 horas, solução que, segundo ele, nem os países pós-industrializados estão adotando, para não reduzir a produtividade nacional. De qualquer forma, destacou que o empresariado não pode deixar de criticar soluções como essa, e a comissão presidida por Afonso Arinos vai apenas fazer sugestões, que poderão ser aceitas ou não pelos membros da Constituinte. Por essa razão, acha que a tendência estatizante expressa nos trabalhos da comissão não será decisiva ou definitiva.

Para o líder empresarial Ruy Barreto, essa visão de que o empresário é fraco ou incompetente "peca pela própria base, já que somos todos filhos da mesma mãe e de uma mesma família sai o empresário, o funcionário público, o militar, enfim pessoas sujeitas às mesmas influências e às mesmas condições de uma sociedade subdesenvolvida". Nesse sentido, Barreto acha extremamente importante acabar com essa visão classista no País, "que leva a considerações como a de que só os militares sabem governar ou de que o Estado é o melhor gestor".

Ruy Barreto destaca como essencial para a sociedade a plena representação de todos os seus segmentos na futura constituinte, mas acha que isso só será possível com a mudança do atual sistema de voto e a adoção do voto distrital. Segundo ele, o sistema de voto distrital obriga o representante eleito a defender com autenticidade as propostas formuladas, dando ao eleitor o direito de cobrar e exigir.



Moreira

Siqueira

O voto de confiança dos militares

"Temos confiança no trabalho da Constituinte", disse ontem, no Rio de Janeiro, ao *Jornal da Tarde* e *O Estado*, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, ao falar do princípio constitucional que destina às Forças Armadas responsabilidades na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. O brigadeiro endossou as palavras de confiança do seu colega do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e a mesma posição já havia sido tomada pelos ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e o do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante José Maria do Amaral Oliveira.

Também o ministro do Superior Tribunal Militar e mais antigo oficial-general em serviço, brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, um dos oficiais ouvidos por Tancredo Neves na sua campanha para a formação da Nova República, apoiou o princípio constitucional relativo às instituições militares adotado nas constituições republicanas.

Mas, na realidade, se os ministros militares já deixaram clara a sua posição em relação ao princípio constitucional para as Forças Armadas, a polêmica em torno do

assunto provocou, pela primeira vez, declarações enfáticas do alto escalão militar, em conjunto, de confiança na Constituinte. Ocorreu, assim, o contrário do passado, quando havia na área militar, antes da Nova República, uma resistência à idéia da Constituinte e mesmo de um Congresso-Constituinte.

Para alguns oficiais-generais que opinaram ontem sobre a Constituinte, quem falar contra ela vai ficar isolado, porque ela vai-se constituir na grande oportunidade para que sejam não só analisadas e, se necessário, exaustivamente debatidas as questões de interesse nacional, nos planos políticos, econômico, social e militar, mas também repensadas e revistas algumas propostas aprovadas pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima — que falou de sua confiança na Constituinte durante almoço reservado, em sua residência, do qual participaram nove parlamentares de vários partidos, inclusive o deputado Flávio Bierenbach, do PMDB de São Paulo —, disse que "os homens públicos brasileiros terão a visão e sensibilidade histórica".

O ministro Moreira Lima, assim como os demais ministros militares, disse que situa as Forças Armadas "sob a subordinação ao poder político, isto é, ao presidente da República, tanto no que diz respeito às suas atividades relativas ao plano externo quanto aquelas direcionadas para o plano da ordem interna, e de acordo com o Estado de Direito democrático". O ministro destacou que as Forças Armadas devem ter sempre o presidente da República como seu comandante supremo, e atuar sempre tendo como objetivo a conciliação.